



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO:

Credenciamento de Leiloeiro(s) Oficial(ais) devidamente inscrito(s) na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, para a prestação de serviços na estruturação de leilões públicos, presenciais e eletrônicos, visando à alienação de bens móveis de acordo com a necessidade do CONTRATANTE.

II – DA JUSTIFICATIVA:

Considerando a política de modernização administrativa e tecnológica adotada pela atual administração o INEA, que vem trabalhando no sentido de reduzir os custos administrativos/operacionais, declara a necessidade premente de desincorporação patrimonial de bens móveis que se encontram em desuso e/ou irrecuperáveis para a instituição, conforme Decreto N° 46.223 de 24 de janeiro de 2018.

Para atender tais condições, este termo de referência pretende prover meios para o credenciamento de leiloeiros oficiais que realizarão a alienação desses bens inservíveis, sucatas e outros na forma do art.19, inciso III, da Lei n.º 8.666/93.

III – FORMA E ORDENAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Chamamento Público com o objetivo de formar cadastro de leiloeiros oficiais para a realização de leilões destinados à alienação de bens móveis que se encontram em desuso e/ou irrecuperáveis mantidos em depósitos próprios do Instituto Estadual do Ambiente.

Em data e horário prefixados e, após julgados os recursos eventualmente dispostos, será realizado o ordenamento dos leiloeiros habilitados constantes do banco de credenciados de forma que o leiloeiro mais antigo ocupará o primeiro lugar, o leiloeiro em segundo na escala de antiguidade ocupará o segundo lugar no banco de credenciados e assim sucessivamente até que todos os leiloeiros habilitados tenham sido ordenados no banco de credenciados.

IV – DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E SEU RECEBIMENTO

O Pedido de Credenciamento e Declaração para Habilitação (Anexo I), acompanhado da documentação exigida no edital deverá ser entregue no Instituto Estadual do Ambiente – INEA, situado na Avenida Venezuela n. 110, sala 405 - Serviço de Compras e Licitação, em via original ou autenticada.

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar os leiloeiros oficiais, matriculados na JUCERJA, que atenderem as seguintes exigências:

1. Da Habilitação Jurídico-Fiscal

- a. Certidão emitida pela JUCERJA da Efetiva Matrícula de leiloeiro, com data não superior a 30 dias do dia designado para abertura dos envelopes, comprovando sua habilitação como profissional e que não há impedimentos para o exercício da atividade do mesmo;
- b. Cópias autenticadas de identidade e CPF do leiloeiro;

- c. Certidão negativa de débitos da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro e da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro;
- d. Certidão negativa de débitos do imposto sobre serviço de qualquer natureza;
- e. Certidão negativa de débitos relativos às contribuições Previdenciárias e às de terceiros (INSS);
- f. Certidão negativa do FGTS;
- g. Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos aos tributos e a dívida ativa da União;
- h. Emitir declaração, com firma reconhecida, atestando sua não condição de cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil de membro do quadro funcional do INEA;
- i. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

A critério do CONTRATANTE, em virtude do tempo decorrido entre a criação do Banco de Credenciados e a assinatura do contrato para a prestação do serviço, todas as certidões poderão ser novamente exigidas.

2. Da Habilitação Técnica

- a. Apresentar currículo de sua atuação como leiloeiro;
- b. Comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de serviços similares de complexidade tecnológica (realização de leilão no formato “on line”) e operacional equivalente ou superior;
- c. Declaração do leiloeiro de que disponibilizará de infraestrutura física para realização de leilão presencial.
- d. Declaração do leiloeiro de que disponibilizará de infraestrutura para promover, além do leilão presencial, a modalidade eletrônica do mesmo, possuindo para tal “site” próprio, informando o endereço na internet;
- e. Atestado, certidão e/ou declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o licitante ter realizado de forma satisfatória leilão de bens da Administração Pública/Privada;

3. Da Qualificação Econômico-Financeira

- a. Certidão negativa, emitida pelo (s) Cartório (s) de Distribuição do domicílio do (a) Leiloeiro (a) referente à indisponibilidade de bens, falências e concordatas ou recuperação judicial.

4. Outros Documentos

- a. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- b. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93;

5. É vedada a participação de:

- a. Leiloeiros suspensos temporariamente de participar em licitações realizadas pela Administração Pública;
- b. Leiloeiros declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- c. Leiloeiros impedidos de contratar com o Poder Público em razão de outras sanções administrativa e/ou judicialmente aplicadas.

VI – DOS PRAZOS:

Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes contendo a documentação relativa ao processo de credenciamento dos leiloeiros interessados qualquer cidadão, com plena capacidade civil, é parte legítima para impugnar este edital, devendo a Administração processar e

responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis. Decairá do direito de impugnar os termos do edital perante a administração o interessado que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

O pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital deverá ser protocolado no Serviço de Compras situado na Avenida Venezuela, 110 – 4º andar, sala 405, Saúde, Rio de Janeiro - RJ ou através do e-mail secomp@inea.rj.gov.br.

O primeiro leiloeiro classificado terá o prazo de 5 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pelo CONTRATANTE, para a assinatura do Contrato.

O leiloeiro que não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos será desclassificado, perdendo o direito de contratar o objeto deste Termo. É facultado ao CONTRATANTE, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar o próximo leiloeiro, observada a ordem de classificação das propostas para pré-qualificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações do Leiloeiro, além das outras decorrentes da natureza do contrato, prestar os serviços, quais sejam:

- a. Disponibilizar suporte técnico, logístico e jurídico;
- b. Assessorar e coordenar a organização dos leilões;
- c. Coletar e separar todos os documentos dos bens;
- d. Elaborar a especificação técnica dos bens a serem leiloados, sugerindo valores mínimos de venda a serem aprovados pelo CONTRATANTE;
- e. Produzir fotos digitalizadas dos bens, para projeção da imagem em telão no momento do leilão;
- f. Elaborar o edital;
- g. Publicar o edital;
- h. Divulgar e publicar a data e horário do leilão em jornal de grande circulação, na internet e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ).
- i. Disponibilizar “on line” o evento em todas as suas fases;
- j. Desenvolver estratégias de vendas, buscando um plano de marketing, de forma a atingir o potencial mercado comprador, bem como providenciar, por meio de mídia eletrônica, a divulgação pública dos leilões;
- k. O material de divulgação deverá ser submetido à análise e aprovação do CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis da data da realização do evento;
- l. Realizar o leilão no dia e hora previamente estabelecido dentro das normas do Edital;
- m. Prestar assistência aos interessados;
- n. Certificar os cadastros dos interessados através de análises eletrônicas junto aos principais órgãos de proteção ao crédito;
- o. No leilão por meio eletrônico, deverá o CONTRATADO disponibilizar o seu site da rede *Internet* para captação de propostas e acompanhamento *on line* dos leilões a serem realizados, estabelecendo um ambiente competitivo, com interatividade entre os lances recebidos de “viva voz” e os recebidos via *web*, permitindo uma perfeita visualização e acompanhamento remoto e *in loco*;
- p. No leilão presencial deverá o CONTRATADO organizar o mesmo, em espaço próprio, pessoal técnico para a montagem do evento, instalação de equipamentos de informática (datashow, notebook, telão, etc.) e a confecção de catálogos (panfletos, cartazes, etc.), contendo as especificações técnicas dos bens a serem leiloados;
- q. Outros serviços afins e necessários à conclusão do Leilão;
- r. Coordenar a liquidação financeira dos bens arrematados;
- s. Os bens arrematados serão pagos pelo arrematante, após a assinatura da ata de leilão, em cheque nominal ao leiloeiro, TED ou depósito bancário;
- t. Envidar todos os esforços para que os leilões transcorram com normalidade e segurança, de forma a evitar danos, e/ou prejuízos ao CONTRATANTE e/ou aos participantes e fazer o encerramento do leilão imediatamente após a realização do evento com a apresentação do relatório de vendas;
- u. Cumprir fielmente as exigências do contrato e observar para que os serviços sejam prestados de acordo com este Projeto Básico;

- v. Leiloar visando a maior rentabilidade dos bens;
- w. Respeitar o valor mínimo de avaliação;
- x. Todas as despesas (meios, métodos, materiais, máquinas, mão de obra) correrão por conta do leiloeiro, ficando o INEA isento de quaisquer ônus referente ao leilão;
- y. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste contrato;

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a. Assegurar o livre acesso ao Leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, as unidades usuárias que disponibilizarão os bens móveis inservíveis e sucatas, após a autorização do Conselho Diretor do CONTRATANTE;
- b. Aprovar o Edital de Leilão, com as regras concernentes à regular execução de cada evento;
- c. Fornecer ao leiloeiro os documentos e as informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de embaraços, ônus e pendências;
- d. Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços contratados;
- e. Autorizar o CONTRATADO a veicular através de qualquer meio de comunicação, desde que não sejam atentatórias aos princípios públicos e mediante autorização prévia, todas as informações relativas ao leilão, com o objetivo exclusivo de promover o evento e a venda dos bens.

IX - DA VIGÊNCIA:

O contrato a ser firmado com o(s) Leiloeiro(s) Oficial(ais) terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do contrato no DOERJ.

Caso sejam realizados os 3 (três) leilões previstos antes do término do prazo contratual, será realizado o distrato após o cumprimento das obrigações pelas partes.

A convocação do segundo leiloeiro colocado na ordem de classificação para celebração do contrato ocorrerá quando seu antecedente houver celebrado 03 (três) leilões ou o contrato tenha completado o prazo de 12 meses, o que ocorrer primeiro.

O Credenciamento terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da publicação de relação dos Leiloeiros habilitados, podendo ser prorrogado por período igual ou inferior, a critério do CONTRATANTE.

X – DO PAGAMENTO:

Conforme Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de leiloeiro, o percentual mínimo de comissão a ser aplicado é de 5% (cinco por cento) cobrado do comprador sobre o valor do arremate.

O leiloeiro será responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas necessárias à execução dos serviços contratados.

Não serão cobradas do CONTRATANTE a comissão sobre a venda, assim como as despesas editais (publicidade em Diário Oficial, jornais, “site”, catálogo, etc).

XI – DAS PENALIDADES:

Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

O leiloeiro que convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro e terá seu

registro no banco de credenciados suspenso pelo prazo de, até, 05 (cinco anos), sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

ANEXO I – PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

NOME DO LEILOEIRO:

CPF:

MATRÍCULA NA JUCERJA:

DATA DA INSCRIÇÃO:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE(1):

TELEFONE(2):

E-MAIL:

Venho manifestar interesse em participar do Credenciamento divulgado pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA e juntando a documentação exigida, devidamente assinada e rubricada.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, que:

- Recebi os documentos que compõem o Edital e que tomei conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
- Não me encontro, por qualquer motivo, púnico com suspensão do direito de licitar ou declarado inidôneo para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como não estar incluso entre as pessoas elencadas no art. 9º da Lei n. 8.666/93;
- Inexistem fatos impeditivos para minha habilitação no presente credenciamento e que estou ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras e concordo com os termos do edital e seus anexos;

(assinatura)

Rio de Janeiro, 31 março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Ester Caetano Vianna de Mello, Gerente**, em 02/04/2020, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3995454** e o código CRC **67218D67**.